

RELATÓRIO SÍNTESE DA ATIVIDADE

Nome da Atividade: “Transporte, transparência e tarifa: o caso do Bilhete Único”.

Organização responsável: Casa Fluminense

Relator(a): Tuanni Borba

Contexto (temática abordada e principais pontos de atenção):

O transporte na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é o mais caro dentre as regiões metropolitanas do país e o tempo de deslocamento também é superior às demais. Diante desse contexto, o programa do Bilhete Único (BU) surge como uma grande oportunidade para viabilizar o direito à cidade, para garantir o acesso igualitário a oportunidades de emprego e para diminuir as diferenças regionais. No entanto, seu desenho e aplicação possuem aspectos críticos que precisam ser aprimorados, como a falta de transparência dos dados e o monopólio da RioCard (empresa da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro). Além disso, o alto valor da tarifa e a míngua integração entre os modais são pontos-chave dessa discussão que estão diretamente atrelados à ausência de um planejamento do transporte metropolitano mais eficiente, transparente e democrático.

Encaminhamentos e recomendações:

- O programa BU precisa ser remodelado, a começar pela separação entre a bilhetagem e a operação do transporte. Um dos caminhos pode ser a criação de uma agência metropolitana de transporte para controlar a bilhetagem eletrônica;
- Capacidade de gestão do poder público: o uso dos dados do transporte (como o GPS instalado nos ônibus) e a alocação de equipes técnicas podem aumentar essa capacidade. Já os planos de mobilidade municipais são os espaços para operar a mudança;
- Necessidade de licitar as linhas intermunicipais de transporte. Oportunidade de arrecadação pela outorga do serviço na ordem de R\$ 2 bilhões;
- Unificação do Bilhete Único Intermunicipal e o Bilhete Único Carioca;
- Participação e pressão popular: mobilização para garantir a soberania do interesse público. A CPI dos Ônibus (câmara municipal do Rio de Janeiro) e a atuação do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do RJ tem fomentado a discussão sobre o tema e convidado a sociedade a se mobilizar para provocar mudanças efetivas.

Rio de Janeiro, novembro de 2017